

MODELO DE RELATÓRIO CONCLUSIVO
INSTAURADA SOB A PORTARIA Nº 000/0000
PUBLICADA NO DOM Nº 000 DE 00 DE MÊS DE 0000

SINDICÂNCIA Nº ____

SERVIDOR(A)

CARGO:

MATRÍCULA

ÓRGÃO DE ORIGEM:

A Comissão de Sindicância, constituída por meio da **Portaria nº ____/ano, publicada no Diário Oficial do Município do Recife, edição nº 000, de dia/mês/ano**, com fundamento nos artigos 208 e 209 da Lei Municipal nº 14.728/85, encaminha à Vossa Senhoria o presente **Relatório Conclusivo**, referente à apuração dos fatos relatados no Ofício nº ____/ano, datado de dia/mês/ano, oriundo de (informar o setor ou autoridade solicitante).

1. DOS FATOS

A presente sindicância foi instaurada a partir do Ofício nº ____/ano, datado de dia/mês/ano, oriundo de (informar o setor ou autoridade solicitante), o qual relatou (descrever brevemente o conteúdo do ofício e os indícios iniciais que motivaram a apuração).

2. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

No decorrer dos trabalhos, foram adotadas as seguintes medidas administrativas e instrutórias:

- Abertura da Sindicância nº ____/ano, por meio da Portaria nº ____/ano, publicada no DOM, edição nº __, de // (fl. ____);
- Juntada do Ofício nº ____/_ e seus anexos (fl. ____);
- Notificação prévia do(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____ (fl. ____);
- Solicitação da ficha funcional do(a) servidor(a) por meio do Ofício/CI nº ____/_ (fl. ____);
- Prorrogação do prazo de conclusão da sindicância, conforme Portaria nº ____/_, publicada no DOM, edição nº __, de // (fl. ____);

- Realização de oitivas, com colheita de declarações do(a) servidor(a) e de testemunhas (fls. ____);
- Lavratura do Termo de Indiciamento do(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____ (fl. ____); (Sindicância punitiva)
- Citação regular do(a) servidor(a) para apresentação de defesa escrita (fl. ____); (Sindicância punitiva)

Todas as etapas foram devidamente registradas nos autos, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

3. DA COMPETÊNCIA LEGAL

Conforme dispõe o artigo 206 da Lei Municipal nº 14.728/85:

Art. 206 – *A autoridade administrativa ou o funcionário que tiver ciência de irregularidade no serviço público municipal deverá tomar as providências necessárias para sua apuração.*

A instauração da presente sindicância atende ao **dever legal da Administração Pública** de apurar irregularidades, com observância ao devido processo legal e aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4. DA ANÁLISE DOS FATOS E PROVAS

Após análise criteriosa dos documentos constantes nos autos, depoimentos colhidos e demais elementos probatórios, a Comissão constatou que:

(relatar todos os achados durante a apuração e analisar a luz da legislação municipal do Recife, conforme o exemplo abaixo:)

- O(a) servidor(a) _____, no exercício de suas funções, adotou conduta inadequada ao tratar colegas e/ou usuários do serviço público de forma desrespeitosa, utilizando expressões e gestos incompatíveis com o decoro e a urbanidade exigidos no ambiente de trabalho;
- As declarações testemunhais foram convergentes ao relatar episódios em que o(a) servidor(a) elevou o tom de voz, proferiu palavras de teor ofensivo e demonstrou postura ríspida, causando constrangimento aos presentes e comprometendo o bom andamento das atividades da unidade;
- Não foram apresentadas justificativas plausíveis para o comportamento adotado, tampouco evidências de provocações que pudessem atenuar a conduta do(a)

servidor(a);

- O comportamento caracteriza, em tese, **falta de urbanidade e violação dos deveres funcionais** conforme o previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município do Recife (Lei nº 14.728/85)

5. DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

(esclarecer a conduta infracional cometida por cada servidor)

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____, incorreu em **infração disciplinar**, nos termos dos artigos _____ da Lei Municipal nº 14.728/85, com redação conferida pela Lei Municipal nº 18.441/2017, configurando conduta incompatível com os deveres funcionais.

6. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, esta Comissão Sindicante conclui pela ausência de fatos capazes de configurar a existência de irregularidade, nos termos da vasta apuração efetivada pela presente Comissão Sindicância, recomendando, assim, o **ARQUIVAMENTO** da presente Sindicância.

Recomenda-se, portanto, o encaminhamento dos autos à autoridade competente para adoção das providências cabíveis, inclusive com a publicação da correspondente Portaria de Conclusão, nos termos da legislação vigente.

OU

Ante todo o exposto, esta Comissão Sindicante conclui que restam evidenciados os indícios de cometimento de falta funcional por parte do(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____, razão pela qual **opina pela aplicação da penalidade administrativa de _____ (advertência, repreensão ou suspensão até 15 dias)** com fulcro no artigo 210 da Lei Municipal nº 14.728/85.

Recomenda-se, portanto, o encaminhamento dos autos à autoridade competente para adoção das providências cabíveis, inclusive com a publicação da correspondente Portaria de Conclusão, nos termos da legislação vigente.

OU

Concluídos os trabalhos desta Comissão Sindicante, no âmbito da Sindicância nº ____/ano, SEI nº _____, recomenda-se, portanto, a publicação da

correspondente Portaria de Conclusão da Sindicância, nos termos da legislação vigente, bem como **o encaminhamento do presente Relatório e seus anexos à Controladoria Geral do Município**, a fim de que seja instaurado o competente Inquérito Administrativo em desfavor do servidor _____, matrícula _____, em face da gravidade dos fatos cometidos.

Recife, ____ de _____ de _____.

Comissão de Sindicância

(Nomes completos e assinaturas dos membros da comissão)